

CIDADES MÉDIAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DIMENSÃO POLÍTICA DA LEITURA ECONÔMICA

Alexandre Bergamin Vieira

Docente da Universidade Federal da Grande Dourados

alegeobv@yahoo.com.br

RESUMO

As desigualdades sociais se apresentam no espaço intra-urbano de longa data mas, sob o modo de produção capitalista, elas apresentam outra magnitude e que vêm aumentando nas últimas décadas, principalmente em decorrência da denominada crise do mundo do trabalho. Em virtude do processo de liberalização da economia mundial e da reestruturação produtiva, acentuam-se as velhas e provocam-se novas desigualdades sociais que se constituem e se refletem com grande intensidade nas cidades médias brasileiras. Assim, ao analisar como se estruturam e se banalizam as desigualdades sociais e espaciais nas cidades médias, é que buscamos dialogar diretamente com a leitura da economia política da cidade proposta por Santos (1993, 1994), considerando essencial para a análise da realidade urbana brasileira o conceito de espaço banal, pois é nele onde as contradições e as desigualdades sociais são vulgarizadas. O que queremos argumentar é que tal processo de banalização é muito mais perverso nas cidades médias, conforme procuraremos demonstrar neste artigo, desvendando as dimensões políticas da leitura econômica das cidades médias.

Palavras Chave: Cidades médias, desigualdades socioespaciais, dimensão política, leitura econômica

INTERMEDIATE CITIES: THE POLITICAL DIMENSION OF ECONOMIC READING

ABSTRACT

Social inequalities are present in the intra-urban longstanding but under the capitalist mode of production, they have different mass and have been increasing in recent decades, mainly due to the so-called crisis in the world of work. Due to the liberalization of world economy and of corporate restructuring, are widening the old and new causes to social inequalities that are reflected and intensive intermediate cities in Brazil. Thus, when considering how to structure and trivialize the social and spatial inequalities in cities that is what we seek to directly address the reading of the political economy of the city proposed by Santos (1993, 1994), considered essential for the analysis of urban Brazilian the concept of space trivial because it is where the contradictions and inequalities are vulgarized. What we want to argue is that such a process of trivialization is much more wicked in the intermediate cities as they seek to demonstrate in this article, revealing the political dimensions of economic reading of intermediate cities.

Keywords: Intermediate cities, socio-spatial inequalities, policy dimension, economic reading

Uma coisa é a economia política da urbanização, que levaria em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país. A economia política da cidade seria outra coisa diferente, porque seria a forma como a cidade, ela própria se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade. (Santos: 1994, 118).

Recebido em 05/09/2011

Aprovado para publicação em 03/11/2011

O presente artigo é fruto das reflexões realizadas pelo autor em sua tese de doutorado, na qual discute uma leitura política das cidades médias a partir do processo de exclusão social e tendo como recorte empírico as cidades de Presidente Prudente-SP, São José do Rio Preto-SP e Uberlândia-MG.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento das desigualdades sociais como uma questão urbana não é uma idéia recente. Os contrastes sociais marcados pela enorme distância entre os ricos e os pobres serviram de realidade empírica para as primeiras análises da desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo (LEFÈBVRE, 2001), demonstrando que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória e que a desigualdade espacial é produto e produtora da desigualdade social (CARLOS, 1992).

Reflexo das relações sociais do modo de produção capitalista, as desigualdades e as diferenciações entre as classes sociais irão se reproduzir no espaço urbano, de forma cada vez mais intensa e generalizada. Este processo, por sua vez, ao “diferenciar os lugares”, passa a ser fundamental e determinante sobre a apropriação, a vivência, ao sentimento de pertencimento, a acessibilidade e a possibilidade de localização no espaço intra-urbano das diferentes classes sociais. Da mesma forma, o espaço produzido com estas características também passa a reproduzir tais condições de desigualdade social.

Percebe-se, então, que as desigualdades sociais se apresentam no espaço intra-urbano de longa data mas, sob o modo de produção capitalista, elas apresentam outra magnitude e que vêm aumentando nas últimas décadas, principalmente em decorrência da denominada crise do mundo do trabalho. Ou seja, as diferenciações espaciais são inerentes à reprodução do modo capitalista de produção. Portanto as desigualdades socioespaciais intra-urbanas seriam inerentes ao próprio modo de produção e, conseqüentemente, à capacidade de inserção de cada indivíduo no sistema de mercado competitivo e excludente.

Em virtude do processo de liberalização da economia mundial e da reestruturação produtiva, acentuam-se as velhas e provocam-se novas desigualdades sociais que, em nosso entendimento, se constituem e se refletem com grande intensidade nas cidades brasileiras e, mais especificamente nas cidades médias, como apontamos em trabalho anterior (VIEIRA, 2009).

Neste sentido, ao analisar como se estruturam e se banalizam as desigualdades sociais e espaciais nas cidades médias, é que buscamos dialogar diretamente com a leitura da economia política da cidade proposta por Santos (1993, 1994). De um lado, consideramos fundamentais as categorias propostas por este autor para a análise da realidade urbana brasileira, principalmente a relação entre o *espaço reticular* e o *espaço banal*, uma vez que definem padrões de uso e apropriação do território. É, portanto, no espaço banal que as contradições e as desigualdades sociais são vulgarizadas. O que queremos argumentar é que tal processo de banalização é muito mais perverso nas cidades médias.

Por outro lado, ao adotarmos este caminho metodológico em alguns momentos nos contrapomos à abordagem de Milton Santos, principalmente quando ele aponta que as cidades médias seriam os espaços que propiciariam melhor qualidade de vida e seriam receptoras da classe média, intelectual e qualificada enquanto que as metrópoles receberiam os pobres, no processo por ele denominado de “involução metropolitana”, conforme procuraremos demonstrar neste artigo.

A REALIDADE URBANA NÃO METROPOLITANA: UMA NOVA AGENDA

As mudanças demográficas e econômicas das últimas décadas foram acompanhadas da maior relevância dos espaços urbanos não metropolitanos, uma vez que a diversificação da sociedade de consumo, a flexibilidade da produção e a maior fluidez do mercado nacional provocaram impacto na divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1993).

Estamos certos de que a emergência da discussão sobre o conceito de cidades médias neste mesmo período não ocorreu por acaso. Afinal, como produto das circunstâncias históricas e geográficas, o mundo das ideias não se desenvolve no plano abstrato, mas atrelado aos interesses e possibilidades de explicação da realidade da qual faz parte.

Sabemos que a aceleração da urbanização foi um dos fatores que contribuiu para aumentar a importância da planificação urbano-regional após a Segunda Guerra Mundial (Souza, 2002). Foi com base nesta tradição que, sob influência do planejamento francês, elaborou-se a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), com a preocupação de promover desconcentração populacional das regiões metropolitanas e diminuir os problemas destes grandes aglomerados urbanos brasileiros (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 4-5). Neste

universo da política de planejamento urbano-regional, as metrópoles foram consideradas como a raiz dos “problemas” urbanos e as cidades médias como a “saída” para as mazelas metropolitanas e para o desenvolvimento regional. Assim, a inserção das cidades médias na agenda nacional seria o meio de atender às novas demandas econômicas³ e os novos papéis a serem desempenhados por estas cidades na redefinição da rede urbana brasileira. Evidentemente, essa leitura política das cidades brasileiras não foi elaborada apenas nos gabinetes dos órgãos governamentais. Ela encontrou respaldo nas transformações urbanas em curso na época, com o acirramento da pobreza nas metrópoles e a transferência de parte do trabalho intelectual e do trabalho mais qualificado para as cidades médias. Seriam essas cidades, portanto que, conforme aponta Santos (1993), reclamariam cada vez mais trabalho qualificado para um espaço urbano com qualidade de vida cada vez melhor, enquanto a metropolização se daria como “involução”.

Neste sentido, a partir da década de 1960 e principalmente na de 1970 intensificaram-se os estudos sobre os problemas sociais metropolitanos e a discussão sobre a desmetropolização ou “involução metropolitana” (SANTOS, 1994) como possibilidade de reduzir as gritantes mazelas sociais metropolitanas. Os espaços urbanos não-metropolitanos se apresentavam como uma alternativa para a população que pretendia usufruir das vantagens da urbanização livre das consequências negativas das deseconomias de escalas, nos dizeres de Costa (2002, p. 115) e dos inúmeros problemas decorrentes da vida na grande cidade (o desemprego, insegurança, congestionamentos e a crescente extensão dos deslocamentos diários).

Em vista desta compreensão acerca das diferenças entre as cidades de diferentes tamanhos, um programa específico para as cidades de porte médio foi elaborado no âmbito da CNPU (Comissão Nacional de Planejamento Urbano). Tal programa tinha como objetivo fortalecer ações de planejamento inter e intra-urbanas, a partir da idéia de que tais cidades, ao expandirem sua capacidade produtiva e o mercado regional, apresentariam economias de aglomeração e reduziriam os fluxos migratórios que se dirigiam para as metrópoles (STEINBERGER e BRUNA, 2001, p.52).

Assim, as cidades que cumpriam papéis intermediários na rede urbana serviram-se dessas políticas de planejamento urbano-regional para a promoção de seu desenvolvimento econômico, atraindo fluxos migratórios e retendo a migração para as metrópoles. Por outro lado, o desenvolvimento econômico verificado nos centros urbanos intermediários não foi acompanhado de investimentos em infra-estruturas urbanas e também de políticas urbanísticas de regulação da produção do espaço urbano, acentuando na realidade não metropolitana as contradições e conflitos já existentes nas metrópoles.

Corroborando esta análise, mesmo considerando o desempenho das cidades médias no crescimento populacional e econômico entre as décadas de 1970 e 2000, não se pode perder de vista os processos sociais excludentes presentes atualmente nestes centros urbanos, como chamam a atenção Andrade e Serra (2001, p. 167):

É indubitável que o ritmo de crescimento populacional das cidades médias de 1970 resultou na formação de periferias e entornos vinculados àquelas cidades, exigindo, portanto, para maior precisão analítica, que a investigação do desenvolvimento urbano nacional incorpore essas “novas territorialidades”.

Portanto, nessas últimas décadas, o processo de urbanização brasileira não se caracterizou tão somente pela involução metropolitana, mas também pela expansão das cidades médias (tanto em número como em tamanho). Esta transformação tornou muito relevante a discussão sobre cidades médias, por conta da dimensão que tomou os processos e problemas de ordem social, espacial, econômica e ambiental nos espaços intra-urbanos.

Assim, o processo de urbanização brasileira, a partir da segunda metade do século XX, aprofundou as desigualdades sociais nos espaços urbanos não metropolitanos em função das ações de planejamento empreendidas no país, aliando a redivisão territorial do trabalho com a falta de investimentos em infra-estrutura, serviços e de políticas urbanísticas.

³ Para maiores detalhes sobre as políticas urbanas voltadas especificamente para as cidades médias ver o texto de Steinberger e Bruna (2001) no livro Cidades médias brasileiras, organizado por Andrade e Serra (2001). Outra referência é o texto de Pontes (2001) no livro Urbanização e cidades: perspectivas geográficas, organizado por Sposito (2001).

A DIMENSÃO POLÍTICA DA LEITURA ECONÔMICA

A idéia de cidade média surge no campo político dos anos de 1970 na França associado às políticas territoriais de desconcentração da população e atividades implementadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e pela necessidade de um planejamento e ordenamento territorial a partir de uma rede urbana equilibrada. Ressaltava, portanto, a importância dos papéis a serem exercidos pelas cidades consideradas “médias”, conforme aponta Costa (2002, p.104).

Os estudos apresentados ao governo francês em 1974 apontavam que para a efetivação de um ordenamento territorial seria necessária a consolidação de uma rede urbana na qual as cidades médias, para exercerem papel relevante, deveriam:

- Constituir centros de empregos industriais e terciários alternativos às grandes cidades para a população que migre das áreas rurais envolventes;
- Oferecer alojamento e equipamentos coletivos à população que chega e reside na cidade;
- Dispor de serviços públicos (educação, saúde, cultura, desporto, lazer) capazes de oferecer aos seus habitantes qualidade de vida urbana;
- Possuir meios de comunicação que não assegurem apenas a sua ligação aos níveis mais elevados da hierarquia urbana, como também ao espaço rural envolvente;
- Assegurar a coesão regional, no sentido de não exclusão do espaço rural envolvente.

Esta agenda política francesa teve ressonâncias no Brasil. Segundo Steinberger e Bruna (2001, p.51), no contexto das políticas de desenvolvimento urbano da década de 1970, as cidades médias foram conceituadas como:

Aquelas que, por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valores estratégicos para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial.

Rochefort (1975) definiu a cidade média a partir de sua atuação central no desenvolvimento das atividades econômicas de sua hinterlândia e sugeriu, ainda, uma classificação das cidades médias brasileiras, conforme aponta Pontes (2001, p.572-577):

1 - Cidades médias integradas à rede urbana

Que corresponderiam às regiões onde os impactos das metrópoles e da sua base econômica foram bem fortes, possibilitando a criação e consolidação de um sistema urbano ou de uma rede urbana, subdivididas em três tipos:

1.1 - cidades médias que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles; Exemplo – São José dos Campos;

1.2 - as cidades turísticas e estâncias termais; Exemplos – Guarujá e Campos do Jordão;

1.3 - as cidades médias “complexas”; Exemplos – Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

2 - Cidades médias situadas à margem das redes urbanas hierarquizadas

Representadas pelas cidades que exercem papel relevante em suas regiões mas que não constituem com as metrópoles uma “rede de interação”, classificadas em quatro tipos:

2.1 - cidades médias que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional; Exemplo: Caruaru.

2.2 - cidades médias que servem de ponto de apoio as atuais zonas de colonização agrícola; Exemplo: Santarém.

2.3 - cidades médias essencialmente administrativas; Exemplo: Aracaju.

2.4 - cidades médias que canalizam produtos básicos destinados à exportação; Exemplo: Macapá.

Ainda na década de 1970, Pereira (1977) desenvolveu uma tipologia das cidades médias para um melhor entendimento de suas dinâmicas. O autor baseou sua tipologia em características “visíveis” das cidades médias, que as levassem a desenvolver funções econômicas completamente diferentes dentro da hierarquia urbana nacional e, conseqüentemente, dinâmicas desiguais. A tipologia proposta por esse autor pode ser resumida da seguinte forma:

1) cidades médias metropolitanas: aquelas que fazem parte de uma área metropolitana por lei. Exemplo: Sorocaba;

2) cidades médias capitais de estados, ligadas às funções administrativas públicas. Exemplo: Rio Branco;

3) cidades médias em eixos de transporte, associadas à infra-estrutura. Exemplo: Uberlândia; e

4) cidades médias de fronteiras agrícolas, relacionadas a expansão agrícola para novas áreas do país. Exemplo: Rondonópolis

Posteriormente, outros trabalhos também foram importantes para a emergência do debate como Andrade e Lodder (1979), Amorim Filho (1984). Atualmente podemos destacar as pesquisas de Andrade e Serra (2001a) e Sposito et. al. (2002 e 2006) e Sposito (2004 e 2007). Da mesma forma, inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado têm se dedicado ao assunto, o que coloca em evidência vários programas de pós-graduação em geografia que estudam a realidade urbana das cidades médias brasileiras, particularmente, os programas de Presidente Prudente, Londrina, Uberlândia, Maringá e Rio Claro.

As pesquisas desenvolvidas nestes centros vêm acumulando discussões a respeito de aspectos estruturais das cidades médias, tais como: renda fundiária urbana, redefinição do uso do solo urbano, verticalização, centro e centralidade urbana, análise dos papéis e funções desempenhados por estas cidades no contexto maior da urbanização brasileira e na consolidação da rede urbana nacional, dentre outros temas relacionados, principalmente, à Geografia Econômica da Cidade.

Esta produção geográfica recente reforça a idéia subjacente a este texto de que o espaço urbano em cidades médias apresenta uma dinâmica bastante diferenciada e diversificada que nos permite concordar com a afirmação de Sposito (2007, p.10) de que tais cidades seriam “espaços em transição”. Isso pode ser entendido no sentido de que no âmbito da rede urbana brasileira, ainda em consolidação, estas cidades estão fadadas, a cada dia e constantemente, a desempenhar novos papéis e novas funções, como se observa em diversos textos da referida obra⁴.

Da mesma forma, em conformidade com Pontes (2001, p.589), o conceito de cidades médias refere-se às ligações que as cidades estabelecem no sistema mundial e que se traduzem nas suas atividades econômicas e nos aspectos qualitativos de sua população. A autora coloca ainda a necessidade de estudar os novos papéis que vem desempenhando as cidades médias, no âmbito da rede urbana brasileira.

Ou ainda:

As cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas (CASTELLO BRANCO, 2007, p.90).

As cidades médias referem-se também às mediações e interações que não estão circunscritas às dimensões e aos tamanhos das cidades apenas, mas às articulações, relações e conexões que estas cidades mantêm com cidades maiores e menores no sistema urbano regional e/ou

⁴ Espaços em transição é o subtítulo do Livro “Cidades Médias: espaços em transição”, organizado por Sposito (2007), o qual reflete as discussões desenvolvidas durante o II CIMDEPE (Simpósio Internacional sobre Cidades Médias) ocorrido na cidade de Uberlândia em novembro de 2006.

nacional (SILVA, 2006, p.192). No contexto atual elas passaram a estabelecer "*relações com outros territórios/cidades do mesmo nível hierárquico, que desenvolvem funções complementares ou similares, no espaço nacional ou internacional, articulando-se em rede, numa visão de integração num espaço mais abrangente integração à escala nacional e internacional*" (COSTA, 2002, p.117).

Assim, a ênfase nas relações espaciais ou, o que podemos definir como relevância regional, nos remete à forma como as cidades médias interagem e se interrelacionam com as outras cidades da sua hinterlândia, com suas semelhantes e com as metrópoles. Conforme podemos identificar a partir dos estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2000 e 2008), o critério fundamental é da inserção das cidades médias na rede urbana. As cidades médias seriam aquelas que estariam num nível cujo seu oferecimento de serviços básicos e especializados, sua atividade produtiva, sua capacidade de oferecer empregos, principalmente aqueles que necessitam maior qualificação, influenciariam o direcionamento de fluxos que deixam de ser dirigidos para as metrópoles, estabelecendo-se como centros de atração ou núcleo de rede.

Da mesma forma, o critério de relevância regional tem sido visto como comparativo, considerando-se o destaque de uma cidade no conjunto de cidades da região. Contudo, tal abordagem desconsidera que isso depende da região na qual a cidade está inserida (PONTES, 2001). Aceitando-se esse raciocínio, a distância de grandes centros metropolitanos poderia ser um dos determinantes de maior ou menor importância de uma cidade. Conforme argumenta Sposito (2001), tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade média, quanto mais distante estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade, principalmente quando se analisa a redefinição dos papéis das cidades médias a partir de diferentes processos, tais como: a concentração e a centralização econômicas do capital em determinados pontos do espaço, a melhoria e a diversificação dos sistemas de transporte e telecomunicações, as formas contemporâneas de organização espacial das atividades de comércio de bens e serviços, bem como no consumo de bens e serviços especializados dos diversos setores da economia (SPOSITO et. al, 2007, p.44-47).

Assim sendo, as cidades médias seriam aquelas cidades de porte médio, distantes das áreas metropolitanas, com capacidade atrativa dos investidores em relação às cidades ao seu redor, reafirmando seu destaque regional e, ainda, aquelas cidades com potenciais próprios de geração de investimentos.

Dessa forma, dentre outros critérios para se redefinir e analisar as cidades médias na atualidade, Sposito et.al (2007) apontam para três dinâmicas relacionadas ao fator econômico e uma dinâmica social, quais sejam: a difusão da agricultura científica do agronegócio, a desconcentração da produção industrial, a difusão do comércio e serviços especializados e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, sendo esta última resultado do impacto seletivo e negativo das três primeiras dinâmicas.

Em vista dos estudos realizados por estes pesquisadores, concluímos que a discussão recente do tema nos remete a uma abordagem conceitual do urbano no âmbito da Geografia Econômica. Mas isto sugere a subordinação dos conteúdos políticos que envolvem a emergência do tema no planejamento urbano-regional brasileiro à alocação de recursos e à determinação das atividades econômicas agregadas, uma vez que a referida difusão da agricultura científica do agronegócio, assim como a desconcentração da produção industrial e a difusão do comércio e serviços especializados seriam o resultado da absorção de empreendimentos em localidades potenciais (cidades médias).

Pois bem, se as desigualdades socioespaciais são resultado dessa combinação de dimensões estritamente econômicas, esses autores não estariam superestimando o papel da rede urbana e subestimando a importância das forças atuantes nos espaços intraurbanos? Ou seja, não teriam as desigualdades socioespaciais um peso também significativo no processo que determina os diferentes graus de interação da cidade com seu espaço regional e aglomerações urbanas de hierarquia superior (SANTOS, 1982)?

Essas questões nos remetem a outra: qual seria a capacidade das cidades médias de se afirmarem como espaços com dinâmicas próprias, mobilizadoras de recursos e agentes locais, concentrando atores e desenvolvendo formas de regulação econômica que lhes garantam a sustentabilidade de seu processo de desenvolvimento?

Entendemos que a resposta a tais indagações estariam na capacidade de reestruturação urbana destas cidades de modo a favorecer essas potencialidades do modo mais rápido e interessante possível aos negócios emergentes, mesmo que isto implique no aprofundamento da desigualdade socioespacial, o que gera uma urbanização perversa e excludente. Trata-se de um novo fenômeno urbano porque a reprodução dessas desigualdades assume nessas cidades uma dimensão política sem precedentes, uma vez que se revela como uma cidade única, a cidade dos ricos, dos espaços luminosos e da inserção seletiva nos circuitos globalizados da economia flexível. Mas, ao mesmo tempo, tal condição favorável somente é sustentada pela existência de uma outra cidade esquecida, a cidade dos pobres, a cidade dos excluídos, conforme observamos na análise específica das cidades de Presidente Prudente-SP, São José do Rio Preto-SP e Uberlândia-MG (VIEIRA, 2009).

Defendemos, portanto que as cidades médias sejam compreendidas não apenas pelo papel desempenha no circuito superior da economia urbana e pela sua inserção na rede urbana mas, também, pelos elementos políticos, geopolíticos e de economia política que as consolidaram no cenário das redes de cidades e que as reforçam como cidades da qualidade de vida e que camufla, esconde e nega a pobreza, a desigualdade e a exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, se as cidades médias são as “ilhas de prosperidade” e local de oportunidades, aqueles que não estão qualificados, que não se habilitam para se inserir naquilo que Santos (2004) define como circuito superior da economia urbana devem ser marginalizados, segregados e excluídos social e espacialmente da cidade “idealizada”, lhes restando apenas os espaços degradantes e estigmatizados da cidade real.

Dessa forma, defendemos que na análise e compreensão das cidades médias e de sua estruturação intraurbana, em trabalhos futuros, é essencial considerarmos as desigualdades sociais e espaciais que estão na origem do processo de exclusão social, na perspectiva de análise de uma Geografia Política da Cidade, como nos ensina Milton Santos, conforme a epígrafe de abertura deste artigo.

Ou seja, a compreensão ou a definição de um conceito de cidades médias não pode pautar-se apenas em critérios econômicos ou que as mesmas surgem e se consolidam como resultado dos interesses econômicos de uma elite patrimonialista (VIEIRA, 2009), mas também, ou tanto quanto pelos elementos políticos, geopolíticos e de políticas econômicas. Caso contrários estaremos reproduzindo estudos “geografistas”, conforme denunciava Santos (1979).

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Osvaldo. **Cidades médias e a organização do espaço no Brasil**. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, v.2, n.5, p.5-34, junho, 1984.

_____. e SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

ANDRADE, Thompson e LODDER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ANDRADE, Thompson. A. e SERRA, Rodrigo V. (org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

_____. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/2000. In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 79-127. (a)

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em Dezembro de 2008.

_____. **Regiões de Influência das Cidades** 1993. Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Eduarda Marques da. In. Revista *FINISTERRA*, 2002, vol74. p.101-128.

LEFÈBVRE, Henri. (tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marlena Jamu). **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 180p.

PEREIRA, Waltraud K. R. **Cidades médias: uma opção no desenvolvimento urbano**. 1977. Dissertação (Mestrado em economia). Brasília D.F., Universidade de Brasília, 1977.

PONTES, Beatriz. M. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPERR – FCT/UNESP, 2001.

ROCHEFORT, Michel.; LAMICQ, Hélène. **As Cidades Médias Brasileiras**. São Paulo, 1975. (mimeografado).

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Trad. Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1994

_____. **A Urbanização Brasileira**. 2º ed. – São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

_____. **A responsabilidade social dos geógrafos. Mimeografado**, 1979.

SILVA, Willian R. **Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá**. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, Maria E. B. (org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 632p.

_____. SPOSITO; Eliseu S. e SOBARZO, Oscar A. (orgs.) *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular. 2006. 376p.

_____. et.alli. **O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta Metodológica**. In Anais do VI Seminário latino-americano de qualidade de vida urbana e V seminário internacional de estudos urbanos. Belo Horizonte. 2006. CD-Room.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. (org). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente : [s.n.], 2002.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPERR – FCT/UNESP, 2001. p. 609-643.

STEINBERGER, Marília e BRUNA, Gilda C. Cidades médias: elos do urbano-regional e público-privado. In. ANDRADE, Thompson. A. e SERRA, Rodrigo V. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.35 a 77.

VIEIRA, Alexandre B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política**. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – Presidente Prudente: 2009. 194f.